



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas
Departamento de Gestão de Políticas Públicas

JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

**MECANISMOS DE ESTÍMULO À DEMOCRACIA
DIGITAL: O caso do e-Democracia**

Brasília – DF
2017

JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

**MECANISMOS DE ESTÍMULO À DEMOCRACIA
DIGITAL: O caso do e-Democracia**

Monografia apresentada ao Departamento de Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Dra.
Christiana Soares de Freitas

Brasília – DF
2017

JOÃO VICTOR DA SILVA PEREIRA

**MECANISMOS DE ESTÍMULO À DEMOCRACIA
DIGITAL: O caso do e-Democracia**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

João Victor da Silva Pereira

Dra. Christiana Soares de Freitas
Professora-Orientadora

Me. Marcos Urupá
Professor-Examinador

Brasília, 1 de Dezembro de 2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SE-999m Silva Pereira, João Victor da
MECANISMO DE ESTÍMULO À DEMOCRACIA DIGITAL: o caso do e
Democracia / João Victor da Silva Pereira; orientador
Christiana Soares de Freitas. -- Brasília, 2017.
51 p.

Monografia (Graduação - gestão de políticas públicas) --
Universidade de Brasília, 2017.

1. Governança Digital. 2. e-Democracia. 3. Internet. 4.
Política. 5. Participação Social. I. Soares de Freitas,
Christiana , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Aos meus companheiros de graduação que fizeram com que esses semestres fossem inesquecíveis, aos meus amigos que me deram apoio nas madrugadas perdidas em prol da monografia. A minha namorada por toda paciência durante o último mês antes da defesa desta pesquisa. A minha orientadora pela paciência, incentivo e puxões de orelha que fizeram com que fosse possível concluir esta monografia.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo estudar a evolução da produção acadêmica sobre o projeto e-Democracia, quase dez anos após sua criação. Os objetivos propostos pela pesquisa foram entender o foco da produção; verificar os principais autores que compõem o campo, mesmo ele sendo muito recente e ainda se encontrar em processo de formação; verificar as áreas de interesse envolvidas; fazer um levantamento dos temas mais abordados e verificar se a produção se concentra em alguma região específica dentro do território nacional. No tocante à metodologia de pesquisa foi adotada uma abordagem descritiva e quantitativa, onde, por meio do software IRAMUTEQ, foram realizadas análises estatísticas e textuais. Foi possível observar um crescimento gradual do campo de produção acadêmica, porém muito heterogêneo e concentrado. A respeito do campo, foi identificado um crescimento acelerado, porém muito heterogêneo e concentrado nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. Além da expansão do campo pode-se notar um maior refinamento teórico nos trabalhos e o crescimento da produção científica com pesquisa original. Entre os temas que passam a ser elaborados de forma mais específica temos, a análise dos processos que levam ou não a participação e o estudo das limitações e possibilidades de aprimoramento da democracia por meio dos mecanismos de governança digital.

Palavras-chave: Governança Digital. e-Democracia. Internet. Política. Participação Social.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSUNTO	8
1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	11
1.3 OBJETIVO GERAL	14
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
1.5 JUSTIFICATIVA	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 A SOCIEDADE EM REDE	16
2.2 DO GOVERNO ELETRÔNICO À GOVERNANÇA DIGITAL	18
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	22
3.1 O E-DEMOCRACIA	22
3.3 DESCRIÇÃO DA PESQUISA	27
4 RESULTADO E DISCUSSÃO	31
4.1 ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM TORNO DO E-DEMOCRACIA	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo será dedicado aos principais pontos que guiaram o desenvolvimento do estudo. A introdução será dividida em quatro tópicos: a contextualização em torno do tema, a formulação do problema de pesquisa, a apresentação dos objetivos gerais, específicos e a justificativa da pesquisa.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ASSUNTO

Ao longo das últimas duas décadas, com o desenvolvimento das tecnologias da informação, a forma de viver em sociedade vem sendo transformada em um ritmo muito acelerado, alterando de forma significativa padrões de trabalho, a dinâmica da comunicação e as relações governamentais. Para Pereira e Silva (2010), as mudanças ocorridas nos processos de desenvolvimento e seus efeitos para a democracia concorrem para um modelo de sociedade pautada na importância crescente dos recursos tecnológicos e pelo avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), gerando implicações nas relações sociais, empresariais e nas instituições.

A respeito da revolução pelo uso das Tic's. O ponto inicial dessa mudança pode-se dizer que se deu a partir da reforma do aparelho do estado, proposta por Bresser Pereira, de forma que o intuito do uso das tecnologias a prestação de serviços ao público de forma pontual, flexível e eficiente.

Segundo Bresser Pereira (1995), a reforma do aparelho do estado surge com o objetivo de tornar a administração pública mais eficiente e flexível, reduzir os custos de atividades, garantir qualidade nos serviços prestados pelo estado e a valorização do servidor público.

A respeito desse novo modelo de Estado, Pereira e Grau (1999) afirmam que

[...] este novo modelo almeja ser social e liberal, democrático e submetido ao controle social, ou seja, um Estado “que por sua vez proteja os direitos sociais ao financiar as organizações públicas não-estatais - que defendem direitos ou prestam serviços de educação, saúde, cultura, assistência social - e seja mais eficiente ao introduzir a competição e a flexibilidade da provisão desses serviços”. (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p.17).

O plano de reforma do Aparelho do Estado (1995) teve como objetivo,

[...] garantir a esse aparelho maior governança, ou seja, maior capacidade de governar, maior condição de implementar as leis e políticas públicas. Significa tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de estado, através da transformação de autarquias em “agências autônomas”, e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: ‘as organizações sociais’. (BRASIL, 1995, p.44).

A partir de 1990 começa-se a viver no Brasil o que Reinhard e Dias (2005) classificam como o período de governo eletrônico propriamente dito, fase marcada pela intensificação do uso das TIC's em diversos níveis do governo. O processo de transição e adequação dos mecanismos de e-gov no Brasil tiveram fases distintas. De acordo com Balbe (2010), a partir da segunda metade da década de 1990, o Brasil começa a implementar bases de dados com o intuito de gerenciar informações importantes aos usuários de serviços públicos, ao cabo que isso evoluiu para a prestação de serviços com auxílio da internet.

O governo eletrônico, a partir das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), tem como objetivo auxiliar na prestação de serviços públicos, de modo a tornar o processo mais participativo e democrático, alinhando-se assim à modernização da administração pública por meio do uso

de TIC's e na melhoria da eficiência dos processos administrativos (AGUNE; CARLOS, 2005). Segundo Medeiros (2006), os governos operam num mundo complexo, necessitando assim se adaptar às novas realidades, como a globalização e a chamada era do conhecimento, onde as TIC's tem um papel essencial na forma como o Estado cumpre suas funções. As TIC's alteram a forma como as pessoas acessam os serviços ofertados. De acordo com Medeiros e Guimarães (2006, p.67):

a Internet, como veículo de aproximação do Estado com o cidadão, é o principal instrumento para tornar o governo cada vez mais "eletrônico". A presença governamental na Internet visa tornar o aparato administrativo menos aparente de forma presencial, mas, ao mesmo tempo, mais próximo do cidadão e mais eficiente na realização de seus objetivos, com a utilização de técnicas e sistemas de informática e comunicações.

O final do século XX foi marcado por uma intensa revolução tecnológica e informacional que impulsionou uma série de mudanças sociais ao redor do globo. A chamada '*Era da Informação*' alterou as práticas nas diversas esferas do Estado, da economia e da sociedade, gerando uma relação global de interdependência, proporcionando assim a comunicação mundial e a troca de experiências, culturas, práticas e pensamentos (CASTELLS, 1999).

O governo eletrônico surge a partir da adoção de novas práticas de prestação e entrega de serviços públicos via internet, ou seja, a intensificação do uso das tecnologias informacionais começava a dar seus primeiros passos para o que chamamos hoje de democracia ou governança digital.

O governo eletrônico surge como um incentivador potencial da ampliação da democracia ao propiciar maior transparência, controle público e participação cidadã (MAIA, 2002, p. 47). No contexto de governo eletrônico, a internet funciona como veículo de aproximação entre Estado e Cidadão com

um caráter direcionado à produção e à difusão da informação (MEDEIROS; GUIMARÃES, 2006). A interação vai além da comunicação; nesse contexto, o público e o político podem trocar informações entre si e debater de maneira mais direta, contextualizada e sem entraves burocráticos.

Ainda nesse contexto de uso da internet como instrumento de inclusão digital e participação política, desenvolve-se por iniciativa da Câmara do Deputados o portal E-Democracia.

Segundo Freitas, Lima e Lima (2015, p. 642), o portal e-Democracia tem como objetivo principal

[...] promover a expansão da democracia digital participativa no país a partir do uso de recursos informacionais disponíveis para o desenvolvimento de ferramentas eletrônicas de governo e de governança (FREITAS; LIMA; LIMA, 2015, p. 642).

Com relação ao que foi abordado, o portal coloca-se como um espaço aberto para sugestões, discussões e, acima de tudo, de interação e integração do indivíduo por meio das tecnologias de informação e comunicação.

1.2 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), no ano de 2015, 57,8% da população do Brasil tinha acesso à internet, ou seja, 39,3 milhões de domicílios já tinham acesso à rede. A forma como a utilização das tecnologias se popularizou ao longo dos últimos anos causou uma série de mudanças na dinâmica das relações sociais, ainda mais com o advento da internet. O uso das TICs pode servir como um mecanismo de comunicação mais aberto e multidirecional.

O histórico da crescente utilização das TIC's no Brasil tende para a evolução do entendimento sobre o tema e para o levantamento da hipótese de um modelo de avaliação dos rumos do governo eletrônico (DINIZ et al., 2009). A presença cada vez maior das tecnologias de informação nos faz caminhar para uma sociedade aonde quem não tem acesso a esses mecanismos se encontra à margem, gerando assim um novo tipo de exclusão social (TEIXEIRA; BRANDÃO, 2003). A exploração crescente do uso das TIC's é um processo natural ao século XXI, de forma que a migração para um modelo de participação informatizado a curto prazo é apenas uma questão de tempo. Contudo, esse processo, aliado à realidade brasileira onde pouco mais da metade da população tem acesso à internet, pode vir a gerar um processo de exclusão que vai de encontro aos valores de inclusão e integração buscados pelos mecanismos de governança digital, sendo necessário pensar em ferramentas de inclusão digital para lidar com essa adversidade. Atualmente, a rede móvel no Brasil vem crescendo em ritmo acelerado, podendo assim se apresentar como uma alternativa para os problemas de alcance e exclusão digital.

Segundo Pinho (2008),

as TIC's têm se espreado pelo setor governamental por meio do que se chama e-gov ou governo eletrônico, representado pela informatização de suas atividades internas e pela comunicação com o público externo: cidadãos, fornecedores, empresas ou outros setores do governo e da sociedade (PINHO, 2008, p.473).

Tirando um pouco o foco das tecnologias e direcionando nossa discussão para o papel dos usuários, temos que o cidadão é responsável não só por operar a máquina e sim por legitimar as práticas democráticas

(MARQUES, 2008). O fato é que não se faz democracia sem pessoas que corroborem com essa ideia. Dessa forma, envolver o cidadão surge como premissa para as ferramentas de governança digital.

O presente trabalho tem como objetivo estudar uma das iniciativas que apresenta esse intuito. Quase uma década após a criação do projeto e-Democracia e a partir da constatação da evolução da produção acadêmica ao longo desse período a respeito da iniciativa, a pesquisa busca compreender qual a produção existente atualmente sobre o e-Democracia?

1.3 OBJETIVO GERAL

Mapear e analisar os trabalhos e pesquisas nacionais existentes sobre o portal e-Democracia.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender o foco da produção;
- Realizar um levantamento dos autores que compõem o campo;
- Verificar a multidisciplinariedade em relação aos autores que tratam do tema;
- Verificar regiões do Brasil onde a produção é mais constante e as razões para tanto;
- Fazer um levantamento dos temas mais trabalhados relacionados ao e-Democracia.

1.5 JUSTIFICATIVA

O século XX significou um ponto de partida quanto ao uso das tecnologias de informação e comunicação alinhado à ideia de democracia ou governança digital, e é baseado nisso que é concebido o projeto e-Democracia. Segundo Faria (2012), o portal é um espaço digital, com o intuito de incentivar a participação direta da sociedade na formulação de leis e projetos e auxiliar nas atividades de fiscalização e controle, tudo isso promovido com o uso da internet.

De fato, já se passaram quase dez anos desde a criação do e-Democracia, muito se desenvolveu na área, porém hoje pouco se sabe sobre como anda o campo de pesquisa em torno da iniciativa.

Sendo assim, a pesquisa será de vital importância para compreender tudo o que já foi feito até aqui, acompanhar tendências no cenário de governança digital, entender o que e quem compõe o campo, estudar padrões que podem ser percebidos ao longo desse grande período e ter percepção do que é o portal e-Democracia como campo de estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo será dedicado à apresentação da base teórica para a construção da pesquisa.

2.1 A SOCIEDADE EM REDE

Por volta de 1988 e 1989, por iniciativa de três instituições distintas, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Laboratório Nacional de Computação Científica (LCC) a internet chegou ao Brasil, bem diferente da que conhecemos hoje. Especificamente em 1989 foi criada a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), que funcionava como o que conhecemos como Backbone, que basicamente interligava instituições à internet primeiramente a nível estadual e posteriormente a nível regional. (CARVALHO, 2006).

Em 1994 foi implantado no Brasil um projeto piloto de exploração comercial da internet, onde por meio de linhas discadas, a Embratel administrava o acesso dos usuários a rede, porém se tratava de uma plataforma lenta e instável, esse quadro que foi mudado com o surgimento da conexão banda larga e a rápida evolução com computadores.

Segundo Carvalho (2006):

[...] os Estudos de Ciência e Tecnologia contribuem ao ensinar que esta pode ser muito mais rica quando vista não como uma sequência cronológica de invenções e descobertas, mas como uma história que reconhece as contingências, as bifurcações e os caminhos alternativos que poderiam ter sido percorridos. Segundo esta abordagem, deve-se acompanhar a construção de um artefato, tanto social como técnico, analisando-o não de forma dissociada, mas imbricado em uma rede sociotécnica cuja extensão e composição são sempre contingenciais, de maneira que não é possível mais identificar algo puramente social ou puramente técnico. (CARVALHO, 2006, p. 22).

Segundo Kohn e Moraes (2007), o surgimento da internet no fim dos anos 60, junto com as ideias de liberdade, imaterialidade significaram uma revolução na comunicação na rede, de forma que as tecnologias digitais redirecionaram o produto, a transmissão, o arquivo e o acesso à informação, alterando assim o cenário político, econômico e social.

De acordo com Guzzi (2010), a internet funciona como uma rede digital aonde os dados são organizados de forma complexa e simultânea. Essa rede é capaz de influenciar a forma como a sociedade se organiza, seja no caráter econômico, social ou político.

Para Castells (2007), a internet é o símbolo de uma nova sociedade, que ele denomina de sociedade informacional. Segundo essa perspectiva, a internet não é apenas uma tecnologia informacional, ela é uma ferramenta de produção e difusão da informação, produto chave dessa era da informação na qual vivemos. A “Era da Informação” é responsável por uma série de inovações institucionais, tecnológicas, organizacionais, econômicas, políticas e sociais, em que a informação e o conhecimento desempenham papel estratégico (Castells, 2007). De acordo com alguns autores, “o papel de destaque das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) na sociedade atual é atribuído principalmente à valorização da informação” (TEIXEIRA; BRANDÃO, 2002, p.2).

À medida que se caminha para uma sociedade baseada na presença e uso cada vez maiores das tecnologias de informação na vida dos indivíduos, o acesso à informação se torna estratégico, ao cabo que quem não tem acesso a esse tipo de informação está num quadro de exclusão ou marginalizado (TEIXEIRA; BRANDÃO, 2002). Levando em consideração que

em pleno século XXI pouco mais da metade da população do Brasil tem acesso à internet e que caminhamos a passos largos para cada vez mais um modelo de governança digital, pautado no uso dessas tecnologias, é necessário pensar formas de se combater esse efeito.

Para Guzzi (2010), a internet tornou possível uma produção de dados em volume cada vez maior e permitiu que essas informações circulassem num ritmo muito acelerado, o que tornou possíveis mudanças significativas na organização da sociedade civil.

O uso crescente das TIC's representa uma fase nova e robusta para a história da democracia. Conforme afirma Castells (2003),

a Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na era industrial, em nossa época a internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana (CASTELLS, 2003, p. 7).

2.2 DO GOVERNO ELETRÔNICO À GOVERNANÇA DIGITAL

Segundo Ruediger (2002), existem três tipos de relações sustentadas pelo governo eletrônico. A primeira diz respeito ao uso da internet na relação governo e negócios. A segunda é aplicada na relação governo-cidadão e a última no desenvolvimento de estratégias na relação governo-governo, afirmando, assim, que o governo eletrônico tem capacidade de transformar as estruturas do governo, facilitar boas práticas de governança e ainda tornar um instrumento mais transparente e eficiente.

Ainda sobre a intensificação das tecnologias de informação e comunicação, Diniz e outros autores afirmam:

Entre as causas determinantes da adoção das TICs de forma estratégica e intensiva pelos governos em seus processos internos e na melhoria dos

serviços públicos prestados à sociedade destacam-se: o uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais; a migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços online (Diniz et al., 2009, p.24).

Segundo Agune e Carlos (2005), o governo eletrônico pode ser entendido como um conjunto de ações com caráter modernizador vinculado à administração pública, pautados na utilização de tecnologia na prestação de serviços e de mudança nos mecanismos de interação entre os cidadãos, empresas e o Estado.

Segundo Prado (2004), o governo eletrônico tem uma relação direta com a forma como o governo faz uso das TIC's para atingir seus objetivos, no cumprimento do papel de Estado, melhorando os processos inerentes à administração pública, aumentando a eficiência na elaboração e monitoramento das políticas públicas, integração entre governos e *accountability*.

Ainda sobre o governo eletrônico, Ruediger afirma que o governo eletrônico pode ser entendido como um

[...] potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais eficiência, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão". Dessa forma, a visão dele propõe uma visão ampliada do que é governo eletrônico (RUEDIGER, 2002, p.30).

O processo moderno de transformação tecnológica, na visão de Castells (1999),

[...] expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. (CASTELLS, 1999, p.68).

O processo de migração do eletrônico para o que chamamos hoje de governo digital, na visão de Wilson Gomes (2016),

[...] foi natural e de par com o desenvolvimento tecnológico. Entre o “eletrônico” e o “digital” temos, em primeiro lugar, a confluência, de um lado, do processamento eletrônico de dados e, de outro, de um conjunto de soluções tecnológicas que resultaram na internet e que permitiram máquinas de processamento conectadas em redes sem limite de extensão e com alcance praticamente ilimitado (GOMES, 2016, p.46).

Para Wilson Gomes (2016), o campo de estudo da governança digital é dividido em três grandes campos: Política On-line, Democracia Digital e Estado Digital.

Os estudos em torno da política online, em seu primeiro momento, estão focados na formação da rede de computadores e seu impacto sobre a política, visão essa que foi extremamente difundida na década de 90, período em que podemos perceber grandes avanços no campo, até que o campo em toda sua complexidade veio a ser entendido como processos de interação e integração que levava em consideração a sociedade, os políticos e os pesquisadores.

Ainda sobre a política On-line podemos dizer que ao longo de pouco mais de duas décadas podemos perceber três fases distintas, uma que se inicia ainda na década de 90 com o advento da internet em toda sua precariedade assim chamada com fase Web 1.0.

A Web 2.0 que sucedeu o primeiro período, surgiu no contexto da democratização da rede e tem como ponto forte o uso de aplicativos com base em folksonomia, a intensificação do uso de redes sociais e tecnologias informacionais.

O conceito por trás da WEB 2.0 se mostrou extremamente revolucionária até que surgem os smartphones dando início a fase M, ou

mobile fazendo alusão aos dispositivos móveis e ao futuro, onde se está sempre

A relação entre internet e sociedade claramente presente na política On-line nos mostra o quanto a sociedade civil possui capacidade de auto-organização e no século 21 a faz por meio das redes sociais, vimos isso claramente na luta contra ditaduras que há anos perduraram ao redor do mundo, na luta de classes e na ascensão política de candidatos que historicamente tiveram sua voz calada.

É importante salientar que antes mesmo de existirem os meios de auto-organização como conhecemos, os sindicatos, entidades de base, movimentos estudantis, organizações de trabalhadores e operários, eram os responsáveis por coordenar a luta de classes, de forma que grande parte das conquistas sociais como conhecemos, vieram a partir de revoluções promovidas por cartazes, lambe-lambes e frases pichadas a vista de todos.

A apropriação do uso das Tic's é o reflexo de uma estrutura social e culturalmente construída através da luta de classes, de forma que a internet surge como uma ferramenta potencializador dos movimentos sociais no século 21.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 O E-DEMOCRACIA

Segundo Faria (2012), o portal e-Democracia, lançado em 3 de junho de 2009:

[...] começou sob o formato de projeto piloto. Foram inicialmente definidas duas discussões organizadas em comunidades virtuais com base em projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados: a política de mudança do clima e o Estatuto da Juventude. Outras comunidades foram paulatinamente criadas ao longo do segundo semestre de 2009 e do primeiro de 2010, entre elas as comunidades para discussão sobre a Amazônia, a política espacial e a regulação dos centros de inclusão digital (*lan houses*). (FARIA, 2012, p. 185)

De acordo com a Constituição Federal (1988), a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, esses que devem ser eleitos, pelo sistema proporcional, no âmbito dos Estados, Territórios e no Distrito Federal.

De acordo com o ato número 59 da mesa (Brasil, 2013), a missão da casa é “representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.” Guiado pelos valores da ética, busca da excelência, independência do poder legislativo, legalidade, pluralismo e responsabilidade social.

Com relação a composição da Câmara dos Deputados, são atualmente 513 deputados, além de consultores, assessores e servidores públicos, que foram previamente aprovados em concurso público ou que exercem cargos de natureza especial, ou como são popularmente conhecidos, cargos comissionados.

Sobre os canais de interação com a Câmara dos Deputados, temos o portal da Câmara, o Fale Conosco, o Disque-Câmara, a Ouvidoria Parlamentar, o Fale com o Deputado e o Acompanhe seu Deputado, a internet tem cada vez ganhado mais espaço, sendo um dos principais mecanismos de comunicação da Câmara.

Inicialmente o e-Democracia, foi desenvolvido por iniciativa da Câmara do Deputados quase uma década após a publicação do decreto nº 18, de outubro de 2000, que tratava de diretrizes governamentais voltadas ao uso de recursos informacionais e tecnológicos com intuito de aprimorar as relações entre Estado e sociedade (FREITAS; LIMA; LIMA, 2015), esse que foi revogado pelo decreto 8638, de 15 de janeiro de 2016, que “institui a política de governança digital no âmbito do órgãos e da entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (DOU, 2016, p. 1), algo com traços mais modernizadores e alinhados ao marco civil da internet.

No ano de 2017, a plataforma vem passando por uma mudança, implementada por uma versão beta do portal, mais moderna e intuitiva, porém mantendo os traços da antiga plataforma.

No Wikilegis, figura 1, o usuário tem a oportunidade de analisar e sugerir alterações na redação de linhas, artigos ou parágrafos de novos projetos de lei podendo os deputados adotar ou não as sugestões oferecidas. As audiências interativas se mantiveram, essas que servem como um espaço de interação direta entre a sociedade e o próprio parlamentar. Com relação a ferramenta EXPRESSÃO, como demonstrado na figura 2, que é equivalente ao que tínhamos no antigo portal, um espaço de discussão onde os usuários

podem discutir entre si, em fóruns criados por eles próprios. Por último temos o recurso da Pauta Participativa, como podemos ver na figura 3, esse que é uma forma de os cidadãos ajudarem a definir a prioridade de votações de projetos, ou seja, mesmo com as mudanças que vem sendo implementadas, a plataforma ainda tem primor pelo conceito de aproximação entre Estado e sociedade.

The screenshot shows the Wikilegis website interface. The main header includes the logo and the text "WIKILEGIS Sua ferramenta de edição legislativa". Below this, there is a section titled "Regras e instrumentos para a eficiência pública" with 74 suggestions. Another section is titled "PARTICIPAÇÕES ENCERRADAS EM 08/09/2017 Reforma Tributária" with 129 suggestions. A third section is titled "PARTICIPAÇÕES ENCERRADAS EM 18/09/2017 FIES" with 15 suggestions. The interface also includes social media icons and a search bar.

Figura 1 - Layout do wikilegis na versão Beta

The screenshot shows the Expressão website interface. The main header includes the logo and the text "EXPRESSÃO". Below this, there is a section titled "Todos as Categorias" with tabs for "Recente", "Relevante", and "Categorias". The main content area displays a list of discussions with columns for Discussion, Category, Users, Responses, Visualizações, and Atividade. The discussions are categorized by topics like Security, Prevalence, Transport and Transit, etc.

Discussão	Categoria	Usuários	Respostas	Visualizações	Atividade
Proposta de criação da polícia penitenciária em âmbito federal, estadual e distrital	Segurança	D A	1	245	5m
Discussão da plp 439/2017	Previdência	N T B C	3	50	12h
Uber - projeto pró-táxi pode ser votado agora na Câmara	Transporte e Trânsito	S E F D A	24	1.3k	1d
Reforma da previdência	Previdência	J R E F M	55	1.6k	1d
Procurador da república acoberta crime de extorsão e faz comissão do legislativo municipal de otários	Direito e Justiça	M A U G A	30	932	2d
Governo Pode Incentivar o Emagrecimento Da População ?	Saúde	J O X M C	31	1.3k	2d
Um novo modelo de aula e escola	Educação	H C A C C	6	242	2d
Direito não-adquirido equivale a "dever não-adquirido"? Equivale a desobrigação de contraprestação?	Previdência	A	0	130	3d
Governo Pode Influenciar Num Casamento De Sucesso ?	Família	J I M S A	7	963	6d

Figura 2 - Layout da ferramenta Expressão na versão Beta



Figura 3 - Layout da pauta participativa da versão Beta

Sobre as formas de participação e interação dentro do ambiente digital proposto pelos desenvolvedores do portal, tem-se o que Faria (2012) chama de mecanismo múltiplo de participação, aonde o cidadão tem autonomia para escolher a forma com que deseja participar do processo, de forma que o usuário pode participar de enquetes, trazer para a plataforma informações que contribuam para a formação da biblioteca virtual, participar de bate-papos ou acompanhar o andamento das discussões.

Com relação à gestão do e-Democracia, Faria (2012) destaca 5 órgãos principais da Câmara dos Deputados: A secretária de comunicação (SECOM), o centro de informática (CENIN), o centro de documentação e informação (CEDI), a consultoria legislativa (CONLE) e o departamento de comissões (DECOM), esses cinco órgãos exercem atividades que vão desde

a divulgação do portal até a moderação e elaboração das comunidades legislativas.

Com relação a mudança que vem sendo implantada com a versão beta do portal e-Democracia, como podemos visualizar nas figuras 4 e 5, a primeira coisa que podemos notar é um layout muito mais responsivo e interativo, algo que realmente leva o usuário a explorar aquele ambiente virtualmente criado.



Figura 4 - Página do portal e-Democracia da Câmara dos Deputados

Fonte: <https://edemocracia.camara.leg.br/home>



Figura 5 - Página do portal e-Democracia da Câmara do Deputados

Fonte: <https://edemocracia.camara.leg.br/home>

3.3 DESCRIÇÃO DA PESQUISA

A metodologia da pesquisa foi de caráter quantitativo. A pesquisa quantitativa foi feita com auxílio do software IRAMUTEQ e consistiu na análise de corpus textual obtido através do filtro feito em cada um dos trinta e seis artigos em estudo, de forma que foram obtidos dados que serviram de base para a análise proposta. Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto no que diz respeito à coleta de informação como ao tratamento desses dados. De acordo com Malhotra (2001), o método quantitativo busca de alguma forma quantificar os dados e aplicar a eles uma análise de cunho estatístico.

A respeito das visões que abarcam o conceito de pesquisa científica, Minayo (2013) afirma que

[...] a atividade básica das ciências é a indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que

define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados (MINAYO, 1993, p.23).

Complementar a essa visão, Gil (2010, p.42) afirma que pesquisa científica é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Para Demo (1996, p. 34), a pesquisa é o “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”. Para Rúdio (1999, p. 9), pesquisa “é um conjunto de atividades orientadas para a busca de um determinado conhecimento”.

Tendo como base os conceitos apresentados, podemos perceber que pesquisa é um processo complexo, demorado, interativo e que está em constante evolução na busca de resposta para os questionamentos que permeiam o nosso cotidiano.

No que diz respeito à classificação, a pesquisa tem um caráter descritivo, onde o trabalho a ser realizado está focado na observação, análise, registro e correlação dos fatos (MATTAR, 2005). Segundo Silva e Menezes (2000, p. 21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Dividindo o trabalho em etapas, o primeiro passo foi o levantamento teórico para fornecer embasamento para a pesquisa desenvolvida em torno da produção acumulada durante esses quase dez anos de portal.

A ideia de pesquisa surgiu a partir de uma indagação numa conversa informal com minha orientadora que gerou o seguinte questionamento: o que sabemos sobre a produção em torno do e-Democracia em todo o seu tempo de existência?

Sobre isso, o núcleo responsável por manter a plataforma em constante movimento se preocupou em criar um banco de dados que nos foi disponibilizado, com 36 artigos que foram usados para desenvolver o estudo.

Numa primeira etapa da pesquisa foi feita a leitura de todos os artigos presentes na base de dados, seguido pela elaboração de resumos que auxiliaram a análise.

Após a elaboração dos resumos e adequação dos textos ao formato necessário, a posterior análise foi realizada utilizando o software aberto para a análise estatística sobre corpus textuais e tabelas individuais/palavras IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). O software foi desenvolvido por Pierre Ratinaud, que se ancora no software de linguagem e ambiente para computação estatística e gráficos R e na linguagem de programação Python (CAMARGO E JUSTO, 2013, p.1).

Foram realizadas análises textuais em cima dos resumos, buscando correlações que fossem interessantes ao desenvolvimento do seguinte trabalho.

De acordo com Camargo e Justo (2013), o IRAMUTEQ permite que façamos diferentes formas de análise de dados textuais, que variam desde lexicografia básica, ou seja, o cálculo de frequência de palavras até análises

multivariadas, implicando o que pode ser chamado de classificação hierárquica descendente ou análise pós-fatorial.

Além de realizar a análise de corpus textual, o software gera gráficos que nos permite ter uma visão mais ampla e sistematizada do objeto de estudo, tudo isso baseado na análise de textos oferecidos ao programa. A pesquisa quantitativa realizada durante o estudo foi embasada em dados obtidos a partir de diversas análises de corpus textual, onde por meio da frequência de palavras foram observadas tendências, correlações e correspondências nos textos.

Seguindo a análise foi proposta a elaboração de uma classificação, onde os trinta e seis arquivos deveriam ser classificados como: artigo científico para periódico, dissertação, livros, monografia, capítulo de livro, projeto de pesquisa, *paper* para congresso, tese ou *white paper*. Foi realizada uma análise dos documentos, agrupados de acordo com autor, universidade e área de concentração, o que propiciou uma análise mais apurada acerca da produção.

O processo de análise que se sucedeu preocupou-se em: criar relações para entender o desenvolvimento do campo; analisar o foco da produção; fazer um levantamento da origem institucional e disciplinar dos autores que compõem o campo; compreender se o campo é multidisciplinar; analisar possíveis regiões do país aonde a produção é mais constante e analisar os motivos que levam às descobertas encontradas.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Este capítulo é direcionado à apresentação e discussão dos resultados obtidos a partir da análise dos trinta e seis (36) artigos que compõem nossa base de dados nacional, com títulos que tratam sobre o campo de estudos do projeto e-Democracia.

4.1 ANÁLISE DA PRODUÇÃO EM TORNO DO E-DEMOCRACIA

No que diz respeito à evolução da produção ao longo do período estudado, três anos devem ser destacados: 2009, 2012 e 2015.

Em 2009, temos o marco inicial da produção com apenas um título, que trata sobre governo eletrônico, termo que hoje não se usa mais por não ser capaz de explicar a expansão do campo. Entretanto, naquele período, mostrava-se como o mais adequado, dadas as características dos recursos tecnológico-informacionais da época. Em 2012, duas mudanças são perceptíveis. Num primeiro momento, a produção aumentou de forma gradual e constante, dando um salto de 1 para 9 títulos em um espaço de apenas três anos e termos como “ciberdemocracia”, “ativismo digital”, “participação”, “parlamento digital”, “ambiente colaborativo”, “tecnologias da informação” e “internet” passaram a compor significativamente o campo de pesquisa. Para se ter uma ideia da mudança, apenas um título dentre os nove fazia referência ao termo “democracia eletrônica”. No ano de 2015, tivemos 7 títulos produzidos, levando em consideração que o ano de 2015 foi que o estudo abarcou, é possível perceber o crescimento constante do campo.

A produção nesses quase 10 anos de portal apresentou um crescimento muito expressivo, porém heterogêneo, sendo que as causas para

isso podem ser o crescimento do apoio institucional ao projeto, a formação de recursos humanos, o fomento à atividade de pesquisa, o aumento do financiamento e a crescente valorização da qualificação dos pesquisadores no campo da democracia digital. Vale lembrar que a expansão da atividade de pesquisa no campo da democracia digital não diz respeito apenas ao projeto e-Democracia, mas à atividade de pesquisa como um todo que hoje se desenvolve no Brasil de forma expressiva. Reflexo dessa realidade foi a expansão e diversificação dos centros de pesquisa, inovação e difusão (CEPIDs), os institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs) e os núcleos de apoio à pesquisa ao longo, especialmente, das duas últimas décadas. Tudo isso foi possível graças a políticas de fomento à pesquisa adotadas no país, alavancando a produção com recursos disponibilizados por várias instituições como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Capes, grandes universidades e centros de referência nacional em pesquisa.

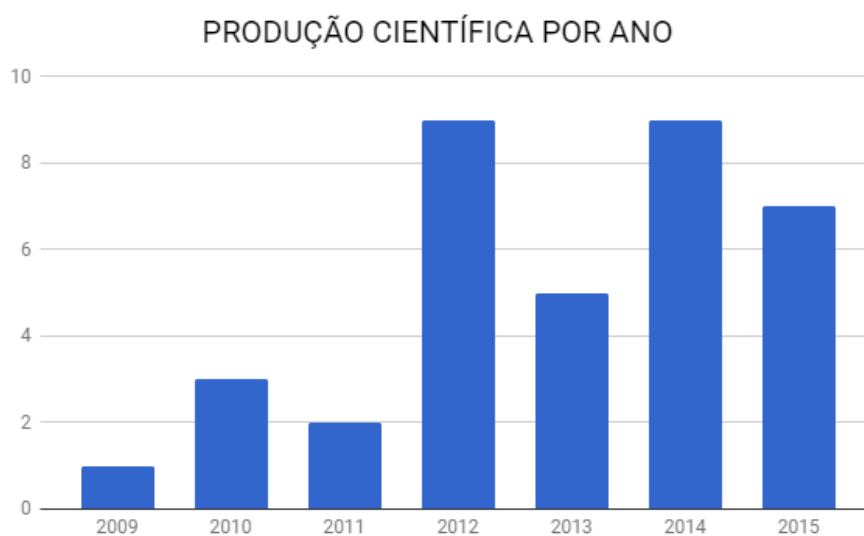


Figura 6 – Relação da produção científica por ano

No que diz respeito ao tipo de produção, trabalhou-se com 3 classificações: produção não científica; produção científica tendo como referência pesquisas já realizadas e trabalhos de carácter científico com produção original. Os 36 títulos foram classificados de acordo com essas três categorias, como podemos observar na figura 7.

Ao todo foram identificados seis casos de produções não científicas nos anos de 2009, 2010, 2012 e 2014. Foram apenas quatro pesquisas caracterizadas como aquelas que possuem carácter científico com referência a estudos já realizados (nos anos de 2012 e 2014).

Das três categorias, a produção científica com pesquisa original foi a que mais cresceu durante o período analisado. No ano de 2010 foi identificado o primeiro caso desse tipo de produção, já em 2011 esse número chegou a dobrar, até que em 2012 e 2013 foram registrados cinco títulos para cada ano. Em 2014, passam a ser seis até que em 2015 temos 7 títulos. Nos anos de 2011, 2013 e 2015 foram produzidos estudos apenas com conteúdo advindo de pesquisa original.

E o que fez com que a produção com pesquisa original aumentasse de forma gradual, fazendo com que no ano de 2015 fossem identificadas apenas pesquisas originais? Em primeiro lugar, foi observada a expansão do campo, motivada por aspectos sociais, institucionais e econômicos, propiciando assim a possibilidade de realizar pesquisas mais aprofundadas, inclusive de carácter quantitativo, qualitativo e misto.

Em segundo lugar, tem-se a progressiva formação do campo de pesquisa em torno do e-Democracia, acarretando a construção de uma rede de autores comuns, o surgimento de taxonomias, o surgimento de centros de

pesquisa com enfoque nos temas que dizem respeito à internet e política e à própria expansão da produção científica no campo.

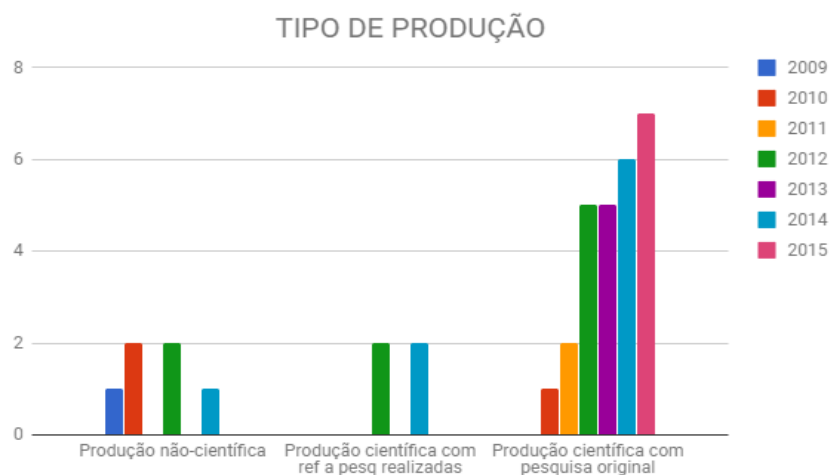


Figura 7 - Relação por tipo de produção

Por último, observa-se a necessidade de consolidação do campo de estudo em torno do portal e-Democracia, que tem se mostrado uma iniciativa ímpar no tocante aos mecanismos de estímulo à democracia digital.

Dentre os autores identificados é possível identificar grande concentração de interesse na região sudeste, representada pelos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo que, juntos, representam 38% por cento da rede. O centro-oeste, representado exclusivamente pelo Distrito Federal, conta com dezoito autores, que corresponde a 28% do universo de autores. A região sul é representada pelas cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que ao todo correspondem a 27%, por fim, temos o Nordeste com 5% e o exterior com apenas 3%. O Distrito Federal se mostrou em números absolutos a região com mais interesse a autores trabalhando na construção com campo em torno do portal e-Democracia.

As regiões sul e sudeste do Brasil concentram a maior parte da produção acadêmica do Brasil em praticamente todas as áreas do conhecimento, tendência está também observada nos estudos sobre internet e política, inclusive no campo de estudos sobre o e-democracia.

Essa enorme heterogeneidade regional da produção acadêmica se dá graças à concentração de universidades federais e estaduais, que por si só são responsáveis por grande parte da produção acadêmica em todo o Brasil. Ainda no ano de 2009, apenas 7 universidades localizadas nesse eixo foram responsáveis por cerca de 60% de toda a produção nacional, sendo que a maioria se encontrava no estado de São Paulo, grandes centros de pesquisa como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sendo referência em todo o território nacional (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011; United Nations Educational Scientific and Cultural Organization, 2010).

Além da concentração de grandes centros de referência, outro ponto importante para explicar essa concentração se dá pela grande concentração de recursos humanos atrelada à disponibilidade de recursos financeiros, fruto de políticas implementadas por entidades de fomento à pesquisa como a própria Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o CNPq (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011).

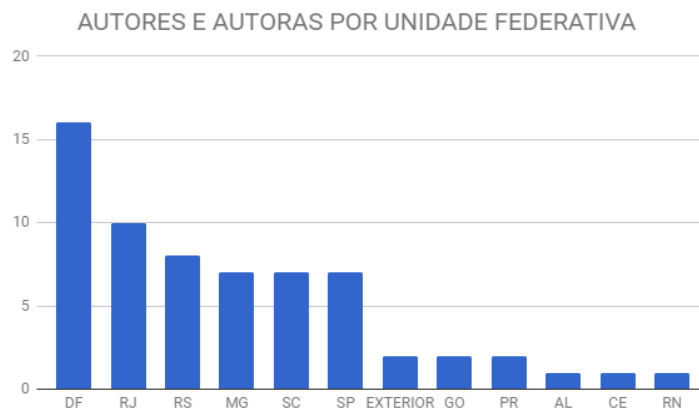


Figura 8 - Relação dos autores por UF

A figura nove faz referência aos 36 títulos analisados, com ênfase em suas respectivas universidades; dessa forma, 4 instituições se destacam, UNB, CEFOR, UFSC e UNICAMP. Em primeiro lugar, temos a Universidade de Brasília (UNB) com 8 autores e o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara do Deputados (CEFOR) se destaca com 5 autores no âmbito do Distrito Federal. No eixo sul e sudeste se destacam a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 6 autores seguido pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 4 autores.

Nesse gráfico temos duas coisas a analisar. Primeiramente, as regiões sul e sudeste não aparecem como as principais, mesmo tendo maior disponibilidade de recursos (como já discorrido no item anterior) e uma maior concentração de centros de pesquisa que são referência no território nacional. O segundo ponto a ser analisado é a concentração da produção na região centro-oeste, responsável pela maioria da produção acadêmica no tocante ao campo do e-democracia.

Com relação aos motivos que justificam a grande concentração da produção da no centro-oeste, temos a localização espacial de Brasília, que

favorece os pesquisadores da região, de forma a diminuir os custos de pesquisa, facilidade de acesso físico às instalações do núcleo de coordenação e controle do portal, maior facilidade na aplicação de questionários, realização de pesquisa de campo, a busca de apoio institucional da Câmara dos Deputados e maior celeridade nos processos graças a não existência de entraves físicos.

Um dos aspectos interessantes dessa análise é que mesmo com as vantagens espaciais do centro-oeste, a região sudeste ainda aparece em evidência, o Sul por ter um campo muito forte em pesquisas sobre inovação localizado em Santa Catarina, enquanto São Paulo é a região que concentra a maior produção acadêmica em território nacional.



Figura 9 - Relação dos autores e suas respectivas universidades

A figura 10 nos dá uma noção sobre o tipo de produção referente ao período em questão, de forma que os estudos de caráter quantitativo

representam aproximadamente 3% da produção com apenas um caso isolado no ano de 2014, ao cabo que os qualitativos detêm uma parcela bem maior com 61% seguido das pesquisas mistas, de caráter quantitativo e qualitativo, representando 36% dos casos. A falta de estudos quantitativos acontece porque há um número reduzido de títulos que tratam sobre o tema no campo, fazendo assim com que as pesquisas de caráter qualitativo tenham maior adesão, permitindo assim uma análise mais aprofundada do campo e do portal e-Democracia.

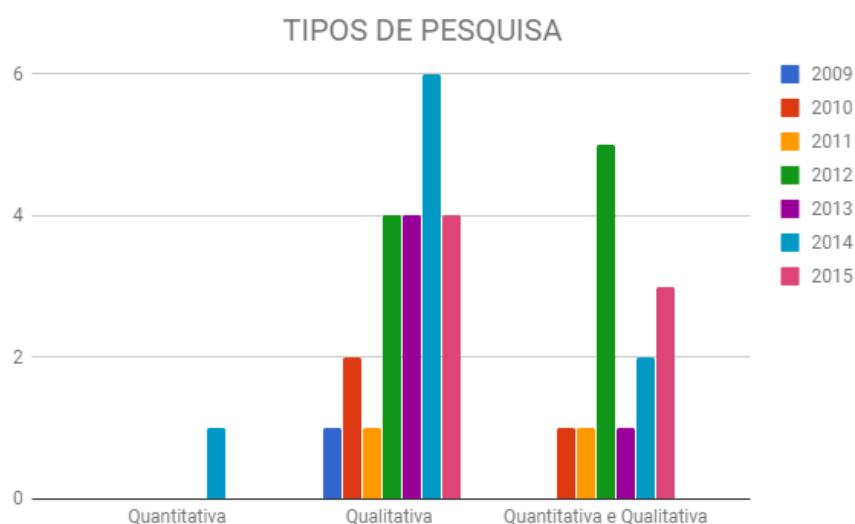


Figura 10 - Relação de itens por tipo de produção

Cultural e historicamente algumas áreas concentram um volume maior de produção acadêmica e científica em relação a outras. Áreas tradicionais do conhecimento como Direito, Medicina, Administração, Ciência Política, Química, Física e Engenharia representam grandes polos de produção de conhecimento. Isso pode ser observado na figura a seguir. Áreas como Direito, Ciência Política e Administração estão em destaque, porém

áreas novas como Gestão de políticas Públicas, Gestão do conhecimento e Comunicação começam a ganhar algum destaque.

Dentre as causas que levam ao crescimento da produção científica temos: (i) Financiamento, (ii) Formação de Recursos Humanos, (iii) Valorização da qualidade do currículo, (iv) Sistema de avaliação da Pós-Graduação e (v) O Papel das Universidades e Institutos de Pesquisa. (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2011).



Figura 11- Relação de itens por área de concentração

A figura doze é uma representação gerada pelo Iramuteq da rede de co-citações a partir da revisão da lista de referências em cada um dos artigos analisados. Primeiro é possível notar que nomes como Castells, Marques, Faria, Bobbio, Avritzer e Gomes se encontram em evidência e compõem os vários centros da ramificação. Isso se dá pela quantidade de

vezes que foram citados em cada um dos títulos analisados. Isso porque esses serviram de referência para a elaboração da maioria dos títulos analisados, de forma que os autores que se encontram mais dispersos estão assim porque aparecem com menor frequência em relação aos outros. O fato de termos mais de um centro é evidência da multidisciplinariedade do campo, onde temos centros formados por sociólogos, filósofos, cientistas políticos, cientistas da informação e outros, mostrando assim que as contribuições das mais variadas áreas de conhecimento corroboram para o crescimento do campo em torno do e-Democracia.

O formato adquirido pela rede está diretamente relacionado com a base de dados utilizada. Sendo uma pesquisa de caráter nacional, a base de dados é em sua maioria formada por autores brasileiros, o que acaba por colocar o Brasil no centro. Futuramente, o campo de estudos em democracia digital poderá ampliar as pesquisas de forma a identificar os autores centrais quando o assunto for a análise de questões mais abrangentes associadas ao campo e análise de objetos de pesquisa mais internacionalizados, hipótese que alteraria a configuração da nossa rede de co-citações.

Algo importante a ser percebido é que a formação do campo se dá gradualmente, de forma que daqui a alguns anos poderemos olhar para trás e enxergar os autores que aqui aparecem em destaque como os futuros clássicos de amanhã, ou seja, aqueles que foram os precursores no estudo de temas relacionados à governança digital.

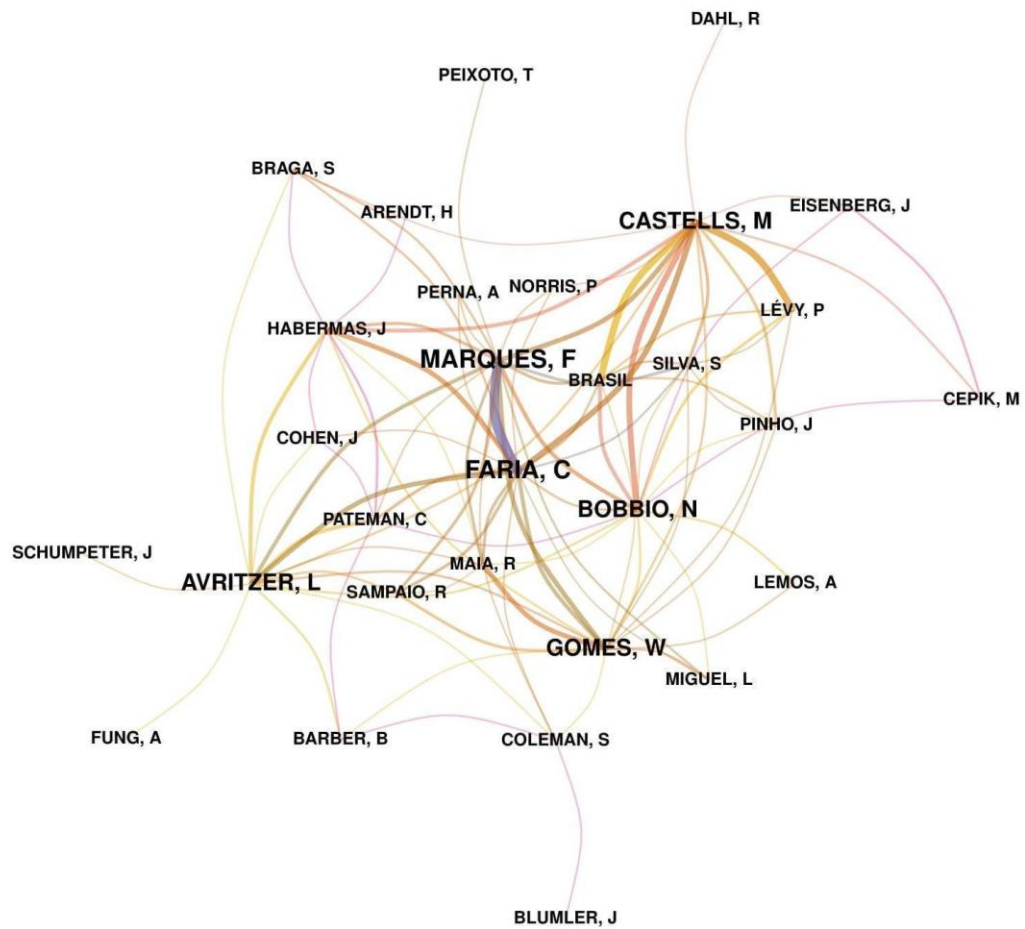


Figura 12 - Relação da rede de co-citações

Ainda em relação à rede de co-citações, as figuras 13 e 14 a seguir nos mostram a quantidade de estudos que citam cada autor e o quantitativo das vezes em que eles são citados nos 36 artigos em estudo, de forma que os 30 mais citados foram destacados.

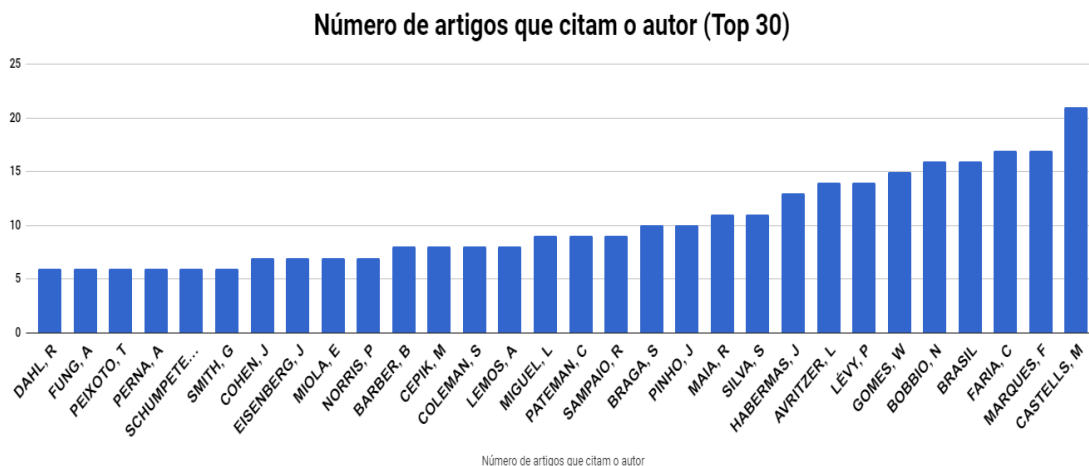


Figura 13 - Relação dos artigos que citam cada autor

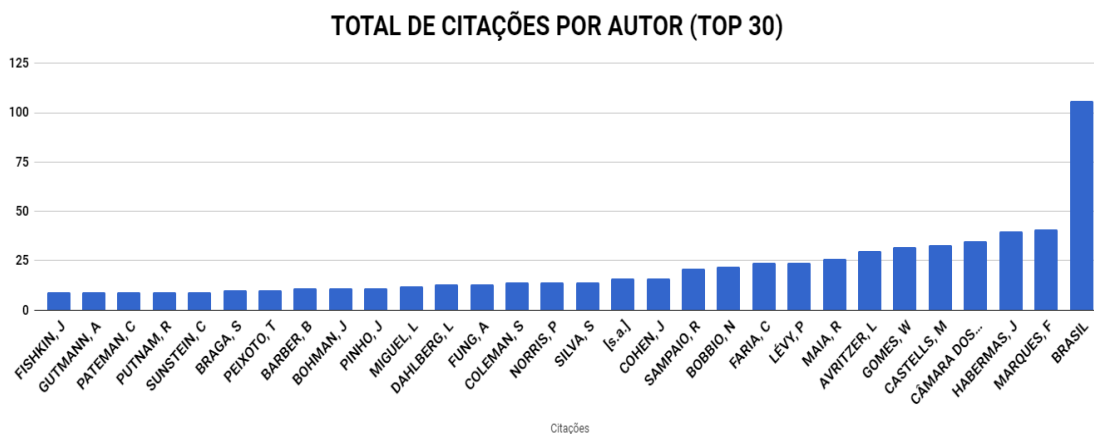


Figura 14 - Relação do total de citações por autor

Tendo como base para nosso estudo uma base de dados de um programa nacional, é possível observarmos algumas tendências. Analisando os artigos é possível notar um maior aprofundamento com relação à forma como alguns temas são trabalhados: a ideia da importância da participação e da construção colaborativa de leis, de forma que o portal e-Democracia propõe esse tipo de construção com o Wikilegis.

Outro ponto importante é com relação à participação. Os processos que levam (ou não) à participação cidadã passam a ser estudados mais a fundo, dando ênfase no papel do indivíduo como essencial não só para a plataforma e-Democracia, mas para o campo da governança digital. Fica evidente, nesse sentido, que é importante criar mecanismos de participação social aliados a estratégias para incentivar a participação do cidadão de fato.

No tocante às novas relações entre governo e sociedade, derivadas da governança digital, Braga e Gomes (2015) sustentam a ideia de que o crescimento do grau de virtualização das interações favorece níveis de interatividade completamente novos. Contudo, Tavares (2009) destaca a ideia de que o cidadão comum apoia, em níveis muito baixos, os processos de tomada de decisão.

Sendo assim, o que pode ser feito para fazer com que o indivíduo inserido no meio digital torne-se politicamente engajado? O processo de participação é extremamente complexo. De acordo com Putnam (1993), a internalização das normas sociais estimula a cooperação e inibe comportamentos oportunistas, estimulando assim maior participação na sociedade civil, ou seja, o entendimento do papel do indivíduo dentro do cenário em que ele se encontra é um estímulo à participação.

Dessa forma, a conscientização é um dos passos mais importantes quando falamos de mecanismos de estímulo à participação social e política

com auxílio das TIC's. Sugestões que poderiam colaborar para esse processo incluem (i) campanhas publicitárias, (ii) realização de seminários e congressos com foco nos mecanismos de participação, (iii) ações pontuais em locais de grande fluxo de pessoas para garantir maior alcance, (iv) formulação de políticas públicas com o intuito de levar acesso à tecnologia e informação para pessoas de baixa renda e (v) investir em portais cada vez mais interativos e estimulantes ao usuário.

Outra tendência são os estudos com o intuito de compreender as limitações e explorar as possibilidades das ferramentas de participação política digital para aprimorar a democracia, juntamente com o desenvolvimento de taxonomias que auxiliem a compreender os mecanismos de funcionamento das iniciativas, utilizando indicadores que analisem estrutura de governança, cultura e clima organizacional, assim como sustentabilidade, desenvolvimento e viabilidade da iniciativa.

É possível notar uma construção lenta e progressiva da rede de autores que são citados em grande parte dos trabalhos. Aliado a isso temos uma produção, em sua maioria, composta por trabalhos de origem acadêmica com pesquisa original, utilizando de todo rigor teórico-metodológico e avaliação por pares e legitimando o portal e-Democracia como objeto de pesquisa. Entre 2012 e 2015 é possível notarmos o crescimento da produção original aliado a um refinamento teórico e empírico dos trabalhos, isso graças

ao tempo de existência da iniciativa permitindo assim a coleta de dados, a realização de pesquisa original e a consolidação desse campo de produção de conhecimento.

Ainda sobre a concentração da produção acadêmica no eixo Sul-Sudeste, é possível notarmos uma tendência de supervalorização de certas regiões em detrimento de outras, de forma que o Norte se encontra praticamente em situação de abandono quando comparada com o Sul e Sudeste. As raízes para o problema vão desde uma construção histórica e cultural, movida principalmente por um elitismo existente no Brasil, onde as regiões mais ao Sul do Brasil se veem banhadas por recursos e grandes centros de pesquisa que fazem com que essas regiões tenham notoriedade em todo o território nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado no ano de 2009, o portal e-Democracia foi concebido a partir da idéia de criar um ambiente colaborativo de compartilhamento de ideias e construção de projetos de lei.

A proposta para o presente estudo foi analisar a evolução com campo de estudo em torno do portal e-Democracia quase dez anos desde a implementação da ferramenta. Entre os objetivos propostos estavam entender o foco da produção em torno da iniciativa, determinar quais autores tem maior relevância para o campo, identificar como foi a evolução da pesquisa ao longo desse período e a concentração da produção em regiões específicas, delimitando pontos comuns de estudo.

Identificou-se um crescimento em ritmo acelerado no que diz respeito à produção acadêmica em torno do e-democracia; porém, esse crescimento se deu de forma muito heterogênea e extremamente concentrada nas regiões centro-oeste e sudeste do Brasil.

No que diz respeito à rede de autores identificada ao longo da pesquisa é possível concluir que temos, lenta e progressivamente, a formação de uma rede de autores nacionais extremamente diversificada, porém que conversam entre si no contexto de suas produções e que são citados na maioria dos trabalhos, podendo inclusive chamar alguns de “clássicos do amanhã” tendo em vista que foram precursores no campo de estudo.

Com relação à concentração, no Brasil existe uma tendência histórica e cultural de concentração da produção acadêmica no eixo sul-sudeste do Brasil, justificado pela disponibilidade de recursos para a pesquisa

e a concentração de grandes centros de excelência em pesquisas já consolidadas.

Dentre as tendências observadas, tem-se que a grande maioria dos trabalhos analisados são de origem acadêmica com pesquisa original, elaborados com rigor teórico-metodológico e avaliado por pares, o que serve para legitimar o e-Democracia como objeto de pesquisa dentro do campo.

Com a expansão da produção, o que se pode perceber após quase dez anos de existência do portal é um certo refinamento teórico dos trabalhos e isso se dá graças ao maior tempo de existência do portal que permite com que sejam feitas análises mais detalhadas.

No que diz respeito à efetividade do portal, o que podemos dizer é que o e-Democracia se revela hoje uma iniciativa sustentável, com possibilidades de continuidade e amadurecimento. O processo de renovação pelo qual o e-Democracia vem passando – com a migração para a versão beta da plataforma – é um reflexo do sucesso da iniciativa. Isso se dá graças ao apoio institucional que o portal vem angariando ao longo de quase uma década.

No tocante à produção acadêmica, alguns temas passam a ser abordados de forma mais específica e elaborada, tendo em vista as necessidades de melhoria para o portal, sendo esse: (i) a análise de processos que levam ou não à participação do cidadão, (ii) as limitações e possibilidades de aprimoramento da democracia por meio dos mecanismo de governança digital e (iii) desenvolvimento de taxonomia para compreensão

dos mecanismos de funcionamento das iniciativas, por meio de indicadores de governança, inovação e sustentabilidade.

Como sugestões de estudos futuros, visando à expansão e consolidação de pesquisas para compreender o projeto e-Democracia, revela-se necessário (i) incorporar a análise da produção em outras línguas, buscando a internacionalização do tema e maior aprofundamento, (ii) ampliar a rede de conceitos, teorias e escolas de pensamento aplicados à compreensão da iniciativa, (iii) realizar a atualização da produção acadêmica a partir do ano de 2015 e (iv) comparar a ferramenta com outras iniciativas buscando uma visão ampliada do campo de estudo.

A respeito da concentração da produção, tem-se no primeiro momento a constatação da concentração no eixo Sul e Sudeste e se faz necessário pensar em mecanismos para desconcentrar essa produção.

Dentre as alternativas para combater tais práticas, pode-se: (i) criar um núcleo nacional de incentivo e amparo a pesquisa, (ii) incentivar a criação de uma base de dados única, (iii) realizar investimentos em infraestrutura pontual nas regiões Norte e Nordeste, (iv) criar centros de coordenação regional, (v) estipular cotas de repasse de recursos por região e (vi) realizar relatório periódicos para acompanhar a evolução da produção nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUNE, R.; CARLOS, J. **Governo eletrônico e novos processos de trabalho**. In: LEVY, E.; DRAGO, P. (Orgs.). *Gestão pública no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundap, 2005.

BALBE, Ronald da Silva. **Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal**. *Revista do Serviço Público*, v. 61, n. 2, p. 189- 209, abr./jun. 2010.

BRASIL. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. & GRAU, Nuria Cunill. (orgs.). (1999). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição brasileira**. Brasília: ENAP, 1995.

CAMARGO, Brígido Vizeu e JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. *Temas psicol.* [online]. 2013, vol.21, n.2, pp. 513-518. ISSN 1413-389X.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. Rio de Janeiro, 2006, p. 29.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio: Paz e Terra, 1999. (2007). V. 1 e 2.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003;

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DINIZ, Eduardo Henrique; BARBOSA, Alexandre Fernandes; JUNQUEIRA, Álvaro Ribeiro Botelho; PRADO, Otávio. **O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise**. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 1, p. 23-48, jan./fev. 2009.

FARIA, Cristiano Ferri Soares de. **O parlamento aberto na era da internet: pode o povo colaborar com o Legislativo na elaboração das leis? – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.**

FREITAS, Christiana Soares de; LIMA, Fernand Fiuza; LIMA, Fernanda Queiroz. **Os Desafios ao Desenvolvimento de um Ambiente para Participação Política Digital: o Caso de uma Comunidade Virtual Legislativa do Projeto e-Democracia no Brasil**. Organ. Soc. vol.22 no.75 Salvador Oct./Dec. 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HENRIQUE RAMOS MEDEIROS, Paulo and DE AQUINO GUIMARAES, Tomás. **A institucionalização do governo eletrônico no Brasil**. Rev. adm. empres.[online]. 2006, vol.46, n.4, pp.1-13.

KOHN, Karen; MORAES, Cláudia Herte de. **O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital**. São Paulo, 2007.

MAIA, R. C. M. **Redes cívicas e internet: do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública**. In: EISEMBERG, J.; CEPICK, M. (Orgs.) *Internet e Política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.46-72, 2002.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do Estado brasileiro**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislaine Santos. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento**. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, Vitória da Conquista-BA, n. 10 p.151-174, 2010.

PINHO, José Antonio Gomes. **Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia**. *rap* – Rio de Janeiro 42(3):471-93, maio/jun. 2008

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras**. 2004. 180 p. Dissertação

(Mestrado em Administração de Empresas) — Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

PUTNAM, R. 1993. **Making Democracy Work : Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton : Princeton University Press. Pública. Rio de Janeiro, 42(3):471-93, Maio/Jun, 2008.

REINHARD, N.; DIAS, I. **Categorization of e-gov initiatives: a comparison of three perspectives**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago. Anales... Chile, 2005.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Governo eletrônico e democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública**. Organ. Soc., Salvador, v. 9, n. 25, p. 29- 43, Dec. 2002.

SILVA, Edna Lúcia da.; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/ PPGE/LED, 2000, 118 P.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro; BRANDÃO, Edemilson Jorge Ramos. **Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social**. CINTED-UFRGS, V. 1 Nº 1, Fevereiro, 2003